

MENCIONE-SE, PUBLIQUE-SE
E EXPEÇA-SE
2001/09/13



DAPLOU

11.9.2001
leo

REQUERIMENTO Nº 2206/VIII (2.ª) - AC

Exmo Senhor
Presidente da Assembleia da
República

Como é do conhecimento de Vossa Excelência, a Comissão Europeia promove até Março de 2002 um *fórum* de discussão sobre a “governança europeia”. Esta reflexão, integrada num debate mais amplo sobre o futuro da Europa, visa, em termos gerais, reforçar a participação e a responsabilização dos cidadãos no modo como a União Europeia utiliza os poderes que estes lhes confia.

Na verdade, e todos parecem admitir, é necessário desenvolver mecanismos de aproximação dos cidadãos à governação da União Europeia, suas instituições e actores, que garantam, entre outras condições, o respeito pelos valores civilizacionais partilhados pelos Estados membros como também pela grande diversidade de culturas presente. E um dos vectores importantes por onde passa a defesa desse pluralismo cultural é, sem dúvida, o respeito pela expressão e língua oficial de cada Estado membro que tenha também em linha de conta o significado e significante das expressões nesses Estados.

Foi pois por esta razão, e invocando a necessidade de o Governo actuar atempadamente, que logo que circulou a proposta da Comissão de traduzir “gouvernance européenne” para “governança europeia” requeri, em 28 de Maio passado, ao Governo que tomasse as diligências necessárias para que não fossem adoptadas expressões que nada têm a ver com o uso social da Língua Portuguesa – vidé: Academia das Ciências de Lisboa (2001), *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea*; Texto Editora, *Dicionário Universal da Língua Portuguesa*...

Apesar deste alerta junto do Governo, reiterado numa reunião da Comissão de Assuntos Europeus com a Senhora Secretária de Estado dos Assuntos Europeus,

14 SET 2001

4886

05 03 03



GRUPO PARLAMENTAR

viemos a constatar da justeza dos nossos receios aquando da publicação pela Comissão Europeia, em Junho p.p., do Livro Branco sobre a Governança Europeia, revelando um real desconhecimento do uso da Língua Portuguesa falada e escrita no respectivo Estado membro.

Neste sentido, e não deixando de lamentar o acontecido, venho, nos termos constitucionais e regimentais em vigor, solicitar ao Ministério dos Negócios Estrangeiros que informe sobre a posição oficial do Governo sobre esta matéria bem como eventuais diligências que tenham já sido tomadas junto da Comissão Europeia.

Assembleia da República, 11 de Setembro de 2001

A Deputada

(Maria Eduarda Azevedo)